

de pagamentos, ao volume de empregos que pode criar, directamente e em actividades com ele conexas, e ainda pela insubstituível contribuição para o desenvolvimento de certas ilhas, onde se não entrevê que outro regime melhor possa servir o bem-estar das populações e do País em geral.

Orientada por princípios de desenvolvimento sustentável, o diploma de alteração do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro que ora se propõe, visa materializar o alcance dos objectivos e políticas traçados para os sectores do Turismo e do Ambiente.

Nestes termos,

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1º

##### Derrogação

É derrogada a alínea c) do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro.

#### Artigo 2º

##### Alteração

Altera-se o n.º 5 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro que passam a ter a redacção seguinte:

“1. (...)

2. (...)

3. (...)

4. (...)

5. Na medida em que tecnicamente seja necessário, os instrumentos de declaração das áreas protegidas podem incorporar a delimitação de Zonas de Tampão, Zonas de Amortecimento e Normas Adicionais, com excepções ou complementos ao regime geral de protecção, sempre que, pela sua magnitude e alcance, não desvirtuem a filosofia da categoria de protecção aplicada.”

#### Artigo 3º

##### Aditamento

É aditada ao artigo 12º do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro o número 2, com a seguinte redacção:

1. (...)

2. Exceptuando-se do exposto no número anterior, sempre que se iniciar o processo de declaração de novas áreas protegidas, nos termos do artigo 10º, que possam sobrepor-se a uma Zona de Reserva e Protecção Turística ou Zona de Desenvolvimento Turístico Integral já existente, ou a criar depois da entrada em vigor do presente diploma, aplica-se o disposto nas alíneas k) e l) do artigo 13º do presente diploma”.

### Decreto-Lei n.º 44/2006

de 28 de Agosto

Consagrado como direito fundamental, o Direito ao Ambiente, no artigo 72º da Constituição da República de Cabo Verde, “*todos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar*”, incumbindo assim as autoridades públicas elaborar e executar políticas adequadas de ordenamento do território, de defesa e preservação do ambiente e de promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica e promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca.

Estipula ainda a Constituição da República de Cabo Verde, relativamente aos princípios de organização económica que todas as actividades económicas devem ser realizadas tendo em vista a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre o homem e o meio envolvente.

A criação de zonas turísticas especiais constituiu uma medida de grande alcance para o sector do turismo, ao qual, desde os finais da década de oitenta, se atribuiu um papel indiscutivelmente prioritário no crescimento da economia nacional, devido aos seus efeitos sobre a balança

**Artigo 4º**

**Aditamento**

É aditada ao artigo 13º do Decreto-Lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro, as alíneas *k)* e *l)*, com as seguintes redacções:

(...)

- k)* Nas Zonas limítrofes aos espaços naturais protegidos e que são partes integrantes de Zonas Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI), serão estabelecidas zonas de amortecimento a serem delimitadas, em cada caso, em sede do Plano de Ordenamento Turístico (POT) respectivo;
- l)* O uso das áreas de ZDTI a que se sobrepõem espaços naturais protegidos é definido pelo Plano de Ordenamento Turístico (POT), consoante a categoria das áreas protegidas em questão e de acordo com o estabelecido nos artigos 14º e 17º do presente diploma.”

**Artigo 5º**

**Alteração**

Altera-se o artigo 34º do Decreto-Lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro que passa a ter a redacção seguinte:

1. A Rede Nacional de Áreas Protegidas inicia-se com 47 unidades que se declaram no anexo ao presente diploma.
2. Sem prejuízo da alínea *k)* do artigo 13º, no processo de implementação da Rede Nacional das Áreas Protegidas, bem como no processo de declaração de novas áreas protegidas a que se refere o artigo 10º, salvaguarda-se as delimitações das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado já existentes.”

**Artigo 6º**

**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros

*José Maria Pereira Neves - Maria Madalena Brito Neves  
- João Pereira Silva*

Promulgado em 18 de Agosto de 2006

Publique-se

O Presidente da República, PEDRO VERONA  
RODRIGUES PIRES

Referendado em 21 de Agosto de 2006

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*